

OPINIÃO

EDITORIAL

Lincoln caiu atirando, e é papel da Câmara investigar

A cassação de Lincoln Fernandes (PL), decidida por unanimidade pela Câmara de Ribeirão nesta terça-feira, encerra um capítulo degradante da política local e, ao mesmo tempo, abre outro ainda mais inquietante.

O primeiro é o da velha prática da rachadinha, esse método sórdido de privatizar salário público dentro do gabinete, como se mandato fosse balcão e assessor fosse fonte de arrecadação pessoal. O segundo é o do desfecho explosivo escolhido pelo agora ex-vereador: cair atirando, com a divulgação de um vídeo em que lança acusações gravíssimas contra o colega de partido Isaac Antunes, ex-presidente da Câmara, a quem atribui práticas criminosas e direcionamento político em seu processo de cassação.

A perda do mandato de Lincoln não deve surpreender ninguém que tenha um mínimo de compromisso com o decoro e com a inteligência do eleitor ribeirão-pretano. Ribeirão mudou. O eleitor mudou.

A cidade já viu escândalos demais para continuar tolerando, com naturalidade bovina, práticas tão nefastas. A sociedade amadureceu o suficiente para saber que rachadinha não é detalhe, não é “questão interna de gabinete”, não é “modo de fazer política”. É desvio moral, é apropriação indevida da estrutura pública, é corrupção do mandato em sua forma mais mesquinha e mais covarde. Mas seria igualmente covarde fingir que as acusações finais de Lincoln são irrelevantes apenas porque partiram de um homem politicamente derrotado. Não são. Ao contrário: são gravíssimas. E exatamente

te por isso precisam ser tratadas com seriedade institucional.

Se o vereador cassado mentiu, que responda também por isso. Se falou a verdade, ainda que em seu talvez último ato de sobrevivência política, então o que veio à tona é devastador e exige reação imediata do Legislativo. Não há meio-termo digno. É preciso dizer com clareza: as práticas que Lincoln atribui a Isaac, se amparadas por provas efetivas, são tão inaceitáveis quanto a própria rachadinha que destruiu sua trajetória política. Direcionar processo, manipular ambiente institucional, usar poder interno para perseguir ou blindar quem quer que seja — tudo isso envenena a democracia local com a mesma toxicidade moral.

A Câmara não pode escolher qual deformação ética quer combater e qual prefere empurrar para debaixo do tapete. O ponto central é este: não existe regeneração da política sem coerência. Cassar um vereador por quebra de decoro e, ao mesmo tempo, ignorar denúncias gravíssimas feitas contra outro agente político seria trocar a limpeza pela encenação. Ribeirão Preto não precisa de teatro moral. Precisa de exemplo. E exemplo, neste caso, significa apuração séria, rápida e transparente de tudo o que foi dito. Lincoln caiu porque o eleitor de Ribeirão já não aceita mais esse tipo de prática. Mas, se as acusações finais que ele fez tiverem lastro real, não pode cair sozinho no abismo da desmoralização.

A Câmara tem agora a chance de mostrar que aprendeu alguma coisa com a própria vergonha — ou de provar, mais uma vez, que só pune quando a conveniência permite.



OPINIÃO DO LEITOR

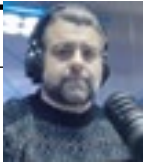
É péssimo quando a política tenta calar a imprensa. Solidariedade ao Jornal Ribeirão e que a Justiça reverta, o final, a censura a que submeteu o jornal.

José Orlando Matiuzzo, Vila Tibério

NOVAS IDEIAS

O teatro continua

EDUARDO SCHIAVONI



A CASSAÇÃO DE LINCOLN FERNANDES POR RACHADINHA, APROVADA POR UNANIMIDADE PELA CÂMARA DE RIBEIRÃO PRETO, NÃO ENCERRA UMA CRISE: APENAS EXPÕE, COM BRUTAL NITIDEZ, O ESTADO DE DECOMPOSIÇÃO MORAL A QUE CHEGOU A POLÍTICA LOCAL.

A cidade fez o que precisava ser feito. Rachadinha não é desvio menor, nem malandragem de bastidor: é corrupção miúda, persistente e corrosiva. E a resposta institucional, ainda que tardia, era indispensável.

É justo registrar, nesse cenário, o trabalho diligente da relatora Judeti Zilli (PT). Seu esforço na condução da Comissão Processante, inclusive com a emoção demonstrada ao relatar o desgaste e a exaustão do colegiado, merece respeito. Houve ali seriedade individual. Houve preocupação real com o rito, com a apuração e com a responsabilidade do voto. Mas seria ingenuidade confundir a dedicação da relatora com a limpeza do processo político como um todo. O que se viu, no conjunto, foi um imenso teatro de fantoches, com falas previsíveis, silêncios oportunistas, conveniências partidárias e hipocrisias cuidadosamente distribuídas pelo plenário e pelos bastidores.

A verdade inconveniente é outra: a prática da rachadinha não nasceu ontem, nem surgiu como espanto súbito na vida pública de Ribeirão. Há anos — para não dizer há décadas — esse tipo de expediente é assunto correntio nos bastidores políticos da cidade. O que mudou não foi a natureza do malfeito, mas a conveniência de enfrentá-lo. Por isso, é difícil não concluir que o verdadeiro “crime” político de Lincoln, para efeito de cassação, talvez não tenha sido apenas a rachadinha em si — que, a meu ver, parece absolutamente caracterizada —, mas sobretudo os calos em que ele pisou recentemente.

É justamente por isso que suas acusações finais contra Isaac Antunes (PL) não podem ser tratadas como mero chique de derrotado. Lincoln caiu atirando. Divulgou vídeo, imputou práticas criminosas ao colega de partido, falou em direcionamento político de seu processo e lançou suspeitas gravíssimas sobre o funcionamento interno da Câmara. Nada disso absolve Lincoln. Nada disso diminui sua responsabilidade. Mas também nada disso autoriza o Legislativo a virar o rosto.

Se as denúncias são falsas, devem ser desmentidas com apuração séria. Se são verdadeiras, o que está posto é ainda mais grave do que a própria sessão de cassação admitiu. E aqui cabe um exemplo perturbador: causou espanto o mesmo Isaac, ao fazer um arremedo de defesa durante a sessão que cassou Fernandes, afirmar, em alto em bom son, que Samuel Prisco - apontado como autor dos vídeos que denunciaram a rachadinha de Lincoln - não ser seu assessor. A cidade inteira sabe que não é verdade, mas o vereador não teve problemas em negar o que todo mundo sabe publicamente. E mais assustador que a tentativa de reescrever os fatos é ver parte da imprensa aceitar esse tipo de absurdo sem o mínimo dever de confrontação.

Repito: isto não é defesa de Lincoln Fernandes. Ao contrário. A cassação se impunha. Mas, se o Legislativo quiser de fato dar exemplo, precisa ter coragem para ir além da queda de um personagem já consumido. As acusações feitas por ele são graves demais para serem tratadas como ruído terminal de uma morte política. Se existem provas efetivas, como ele garantiu, a Câmara tem obrigação moral e institucional de apurar. Do contrário, terá cassado um vereador culpado enquanto preserva o palco, os fios e os marionetistas.

* Jornalista e advogado, é editor-chefe do Jornal Ribeirão

Jornal Digital

Leia o QRCode e acesse a versão online do Jornal Ribeirão

Pontos de Distribuição

Veja onde você encontra a versão impressa do Jornal Ribeirão:

▪ Banca Tibiriça - R. Tibiriçá, 600

▪ Banca do Denis - R. Otávio Golfeto, 326

▪ Banca Saudade - Av. Saudade S/N

▪ Banca Paulista - Av. Independência, 1680

▪ Banca 2000 - Praça Coração De Maria S/N

▪ Banca Balleiro - R. Gen. Osório, 549 - Calçadão

▪ Banca Oracilda - Praça Jose Mortari S/N

▪ Banca Solange - Av Pres. Vargas, 25 - Esq. Av R. Nove De Julho

▪ Banca Camões - Praça Camões S/N

▪ Banca Oásis - R. Duque de Caxias, 800

▪ Banca Pinguim - R. Gen. Osório em frente a Choperia Pinguim - Calçadão

▪ Banca do Valdir - Av. Nove De Julho, 378 - Esq. R. Visconde de Inhaúma

▪ Banca 13 de Maio - Av. 13 De Maio, 575

▪ Banca Irajá - R. Dr. Isaac Teodoro de Lima, 588

▪ Banca Sete de Setembro - Praça

▪ Banca do Emerson - R. Campos Salles, 431

▪ Banca Oficce Center - Av Portugal, 1760

▪ Banca do Amaral - R. Amador Bueno, 395

▪ Banca da Lucia - Av Dom Pedro S/N

▪ Banca do Rogério - R. Maria Tereza Braga Cenri, 425

▪ Banca do Peruano - R. Florêncio De Abreu S/N (Calçada Catedral)

▪ Banca da Japa - Av. Jerônimo Gonçalves, 493 (Próx Rodoviária)